



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PLANO DE ENSINO 2019-2



Nome do Componente Curricular em português: Direito Constitucional 2 Nome do Componente Curricular em inglês: Constitutional Right 2		Código: DIR523
Nome e sigla do departamento: Departamento de Direito (DEDIR)		Unidade acadêmica: EDTM
Nome da docente: Tatiana Ribeiro de Souza ¹		
Carga horária semestral 60 horas	Carga horária semanal teórica 04 horas/aula	Carga horária semanal prática -
Data de aprovação na assembleia departamental:		
Ementa: Organização dos Poderes; Poder Legislativo; Poder Executivo; Princípios da Administração Pública; Poder Judiciário; Funções Essenciais à Justiça; Controle de Constitucionalidade; Defesa do Estado e das Instituições Democráticas; Princípios da Ordem Tributária; Princípios da Ordem Econômica; Princípios da Ordem Social; Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.		
Conteúdo programático: 1. A Organização dos Poderes na Constituição de 1988. Princípio da separação dos poderes. 2. Poder Legislativo. 2.1. Funções. Congresso Nacional. Assembleia Legislativa. Câmara dos Vereadores. 2.2. Sistema bicameral. Organização. Câmara dos Deputados. Sistema proporcional. 2.3. Organização. Senado Federal. Sistema majoritário. Organização interna das Casas Legislativas. 2.4. Estatuto dos Congressistas. 2.5. Função Fiscalizatória. As Comissões Parlamentares de Inquérito. 2.6. Função Legiferante. Processo Legislativo. Noções básicas. 2.7. Processo Legislativo. Procedimento Ordinário. 2.8. Processo Legislativo. Procedimentos Especiais. Emenda Constitucional. Lei Complementar. Lei Delegada. Medida Provisória. Decreto Legislativo. Resolução. 3. Poder Executivo. 3.1. Organização e Competências. Decreto Regulamentar e Decreto Autônomo. 3.2. Princípio da Administração Pública. 3.3. Responsabilidade do Presidente da República. Crimes Comuns e de Responsabilidade. Processo de <i>Impeachment</i> . 3.4. Responsabilidade do Chefe do Executivo nos Estados e Municípios. 4. Poder Judiciário. 4.1. Organização. Competências. Estatuto da Magistratura. 4.2. Supremo Tribunal Federal. Competências. Súmula Vinculante. 4.3. Conselho Nacional de Justiça. 4.4. Superior Tribunal de Justiça. Justiça Federal. Justiça do Trabalho. Justiça Eleitoral. Justiça Militar. Justiça Comum Estadual. 5. Funções Essenciais à Justiça. 5.1. Ministério Público. Organização e Competências. 5.2. Advocacia Pública. Advocacia Privada. Defensoria Pública. 6. Controle de Constitucionalidade.		

¹ Professora Adjunta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto – DEDIR e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – GEPSA. Mestre em Ciências Sociais e Doutora em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Coordenadora Estadual da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino Americano – Brasil. E-mail: tatiana.souz@ufop.edu.br

6.1. Histórico. Modalidades. Histórico no Brasil.
 6.2. Controle Difuso de Constitucionalidade. Incidente de Inconstitucionalidade. Recurso Extraordinário.
 6.3. Controle Concentrado de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Leis Federais 9.868/1999 e 9.882/1999. Controle Concentrado nos Estados-membros.
 6.4. Efeitos das decisões. Efeito vinculante e *erga omnes*. Efeitos temporais. Modulação temporal. Modalidades de decisão (sentenças intermediárias).
 7. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
 7.1. Estado de Defesa.
 7.2. Estado de Sítio.
 8. Princípios da Ordem Tributária.
 9. Princípios da Ordem Econômica.
 10. Princípios da Ordem Social.
 11. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Objetivos:

- Conhecer a dogmática constitucional brasileira
- Entender a organização e o funcionamento do Estado Brasileiro
- Desenvolver uma hermenêutica constitucional sistêmica e democrática
- Refletir criticamente sobre o regime constitucional brasileiro e suas instituições

Metodologia:

- Debates
- Aulas expositivas
- Acompanhamento da vida político/jurídica do país, como instrumento de análise da Constituição.
- Estudos de caso
- Solicitação de pesquisas colaborativas para as/os alunas/os
- Uso de recursos audiovisuais e das diferentes manifestações artísticas

Atividades avaliativas:

2 provas, no valor de 5,0 pontos cada.

Cronograma:

MÊS	DIA	CONTEÚDO
AGO	12	A Organização dos Poderes na Constituição de 1988. Princípio da separação dos poderes.
	13	Poder Legislativo: Funções. Congresso Nacional. Assembleia Legislativa. Câmara dos Vereadores.
	19	Sistema bicameral. Organização. Câmara dos Deputados. Sistema proporcional. Organização. Senado Federal. Sistema majoritário. Organização interna das Casas Legislativas.
	21	Estatuto dos Congressistas
	26	Função Fiscalizatória. As Comissões Parlamentares de Inquérito
	27	Função Legiferante. Processo Legislativo. Noções básicas. Procedimento Ordinário
SET	02	Processo Legislativo. Procedimentos Especiais. Emenda Constitucional. Lei Complementar. Lei Delegada. Medida Provisória. Decreto Legislativo. Resolução
	03	Poder Executivo. Organização e Competências. Decreto Regulamentar e Decreto Autônomo. Princípio da Administração Pública
	09	Realização de exercício sobre o Poder Legislativo
	10	Responsabilidade do Presidente da República. Crimes Comuns e de Responsabilidade
	16	Processo de <i>Impeachment</i>
	17	Responsabilidade do Chefe do Executivo nos Estados e Municípios.
	23	Poder Judiciário: Organização. Competências
	24	Estatuto da Magistratura
OUT	30	Supremo Tribunal Federal. Competências. Súmula Vinculante
	01	AValiação 1
	07	Devolução e correção da Avaliação 1
	08	Conselho Nacional de Justiça
	14	Superior Tribunal de Justiça. Justiça Federal. Justiça do Trabalho. Justiça Eleitoral. Justiça Militar. Justiça Comum Estadual
15	Funções Essenciais à Justiça: Ministério Público. Organização e Competências	

	21	Funções Essenciais à Justiça: Advocacia Pública. Advocacia Privada. Defensoria Pública.
	22	Controle de Constitucionalidade: Histórico. Modalidades. Histórico no Brasil
	29	Controle Difuso de Constitucionalidade. Incidente de Inconstitucionalidade. Recurso Extraordinário
NOV	04	Controle Concentrado de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Leis Federais 9.868/1999 e 9.882/1999. Controle Concentrado nos Estados-membros.
	05	Efeitos das decisões. Efeito vinculante e <i>erga omnes</i> . Efeitos temporais. Modulação temporal. Modalidades de decisão (sentenças intermediárias).
	11	Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Estado de Defesa
	12	Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Estado de Sítio
	18	Princípios da Ordem Tributária, da Ordem Econômica e da Ordem Social
	19	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
	25	AVALIAÇÃO 2
	26	Devolução e correção da Avaliação 2
DEZ	02	Reposição de aula (se necessário)
	03	Reposição de aula (se necessário)
	09	Reposição de aula (se necessário)
	10	Reposição de aula (se necessário)
	16	EXAME ESPECIAL

Bibliografia básica

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 2a. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva; Brasília: IDP, 2008.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 15a. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2004.

Bibliografia complementar:

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 11a. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2001.

BROSSARD, Paulo. *O impeachment: aspectos da responsabilidade política do presidente da República*. 3a. ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 1992.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional*. 3a. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2004.

MEYER, Emilio Peluso Neder. *A decisão no controle de constitucionalidade*. Coleção Professor Gilmar Mendes. São Paulo: Método, 2008.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 32. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009.